

**II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em
Comunicação e Política (Compólítica)**

MÍDIA E POLÍTICA: ALGUMAS QUESTÕES DE MÉTODO

Fernando Lattman-Weltman

Doutor em Ciência Política

Professor e Pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História
Contemporânea do Brasil, Cpdoc, da Fundação Getulio Vargas, e
da Pontifícia Universidade Católica, PUC-RJ.

GT: Comunicação e Democracia

Palavras-chave: Mídia; Democracia; Teoria Política

MÍDIA E POLÍTICA: ALGUMAS QUESTÕES DE MÉTODO[#]

Fernando Lattman-Weltman

Embora sempre reconhecida no discurso ordinário – e mesmo na produção acadêmica – como variável decisiva dos processos políticos democráticos contemporâneos, a mídia segue constituindo, em grande medida, um autêntico não-objeto da ciência política. Mesmo onde sua relevância estratégica se impõe de modo cada vez mais inescapável – como, por exemplo, nos estudos sobre eleições, ou nas análises dos processos de prestação de contas e promoção da *accountability* – a mídia segue sendo majoritariamente interpretada com base no que já caracterizamos como sua instrumentalidade tradicional pressuposta (ou normativamente pretendida): fonte de informação, pura, simples e fidedigna, que oriente o cálculo do cidadão, ou cidadãos “conscientes”, para que estes, centrados em sua coerência interna, exerçam plena e racionalmente as suas prerrogativas políticas, em benefício de si mesmos e do coletivo a que pertencem.

Assim, a mídia é freqüentemente convidada a entrar pela porta da frente da análise – às vezes, inclusive, como vilã, ou intrusa – para logo em seguida ser simplesmente colocada de lado, sem maiores cerimônias (ou gentilmente convidada a retirar-se, ou restringir-se à sua insignificância teórica).¹ Volta-se então a falar exclusivamente de variáveis clássicas do jogo político – interesses unívocos, atores racionais, marcos regulatórios, etc. –, ou, até mesmo se incorpora a própria questão fundamental da “informação”, mas tudo volta a se passar como se as variáveis endógenas dos sistemas de mídia, e o consumo de sua produção, não tivessem nenhum papel efetivamente relevante a desempenhar nos modelos.

Neste artigo pretendo iniciar uma reflexão de caráter teórico e metodológico no sentido de investigar as razões recorrentes para este estado de coisas. Em linhas gerais, o que se segue, portanto, é, em 1º lugar, uma aproximação das verdadeiras aporias a que em geral se auto-submete a chamada tradição behaviorista de estudos de comunicação

[#] - Versão preliminar. Favor não citar.

¹ - Processos similares parecem ocorrer também em outras disciplinas próximas, como no caso da História, já documentada por MIGUEL, Luis Felipe, “Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil”, In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 20 (39), 2000.

política, à qual se seguirá uma breve argumentação em prol de uma abordagem mais hermenêutica e historicista dos mesmos fenômenos.

O objetivo é sugerir as vantagens de uma incorporação menos neurótica do caráter intrinsecamente irreduzível tanto da subjetividade inerente às interpretações acerca dos significados políticos da intervenção midiática contemporânea, quanto da pressuposta objetividade social e histórica das categorias e dos signos que dão sentidos não somente à prática dos atores envolvidos na economia midiática, mas também a dos seus intérpretes acadêmicos.

Uma velha desconfiança

Tão antiga quanto a polêmica fundadora dos estudos de efeitos midiáticos – até que ponto, ou com que autonomia relativa, efetivamente os meios de comunicação de massa influenciam o pensamento e a ação dos seus consumidores – é a dificuldade em se incorporar a mesma mídia como objeto próprio da pesquisa sobre a política e as modernas instituições democráticas. É também evidente o quanto tanto a primeira discussão quanto a segunda dificuldade parecem estar intimamente relacionadas. Pois que se não pairassem dúvidas ou desconfianças com relação ao poder efetivo da mídia, dificilmente se poderia ainda justificar também a relativa incapacidade em se incorporar objeto tão relevante.

Mas é certo que ambas – polêmica e dificuldade – persistem.

O campo das pesquisas sobre efeitos de mídia já acumula considerável arsenal conceitual e conhecimento empírico sistemático, resultado do esforço de gerações de pesquisadores (em sua grande maioria, norte-americanos). Entre os muitos aspectos positivos dessa literatura, pode-se mencionar a riqueza conceitual que foi capaz de produzir, para dar conta de fenômeno tão complexo, o rigor metodológico com que concedeu operacionalidade a tais conceitos, e, por último, mas não menos importante, o conjunto de informações empíricas que foi capaz de reunir. Mesmo que neste último aspecto, os resultados fiquem, em geral, muito aquém dos objetivos e da confirmação de hipóteses frequentemente ambiciosas (e importantes) acerca do real impacto da mídia na experiência democrática contemporânea.²

² - Bons (e sintéticos) exemplos dessa tradição se encontram em: CAPPELLA, Joseph & JAMIESON, Kathleen, *Spyral of Cynicism: The Press and the Public Good*, Oxford University Press, New York, 1997,

Mesmo assim, tais análises não parecem conseguir ir muito mais longe do que alinhar as variáveis que certo senso comum político já parece ter absorvido sem maiores dificuldades, e – o que pode soar ainda mais constrangedor – sem a necessidade de tão grandes esforços de teorização e exploração empírica.³ O que se observa, em geral, e ao final das análises, é uma sincera profissão de fé nos pressupostos liberais clássicos de defesa do pluralismo, para os quais, supõe-se a atuação da mídia guardaria importantes significados. Mesmo se distinguirmos tais trabalhos e suas conclusões – à la Eco – entre aqueles mais “apocalípticos” e aqueles mais “integrados”, em certos pontos essenciais a convergência é total: positiva ou negativa, em seus efeitos mais importantes, o juízo sobre a influência midiática deve se reportar, no limite, aos parâmetros normativos da Ordem democrático-liberal.

Longe de mim questionar a boa fé e a sabedoria acumulada em tais ideais. Como, aliás, já enfatizei em várias outras ocasiões, não apenas compartilho (pragmaticamente) de tais pressupostos, como também reconheço perfeitamente a sua radicação e sua importância históricas.⁴

Mas creio ser muito menos do que satisfatório o estado atual da arte das pesquisas quando estas – muitas vezes nos melhores casos – ainda não conseguem ir muito além da reiteração honesta de boas apostas fideístas. Ainda mais quando, paradoxalmente, a defesa da pertinência de tais valores se faz a reboque de exigências epistemológicas cujo valor instrumental acadêmico-profissional parece crescer em proporção inversa ao auto-esclarecimento histórico e cultural que, na verdade, deveria subentendê-las.

Primeiro porque mesmo corretas – ou histórica e pragmaticamente mais rentáveis – tais premissas não parecem estar se mostrando muito capazes de se auto-sustentar satisfatoriamente no confuso debate intelectual contemporâneo (e disso as evidências não cessam de se reproduzir). Ou seja: mesmo que inteiramente pertinentes,

ENTMAN, Robert, *Democracy Without Citizens: Media and the Decay of American Politics*, Oxford Univ. Press, New York, 1989, GRABER, Doris, *Processing the News: How People Tame the Information Tide*, Univ. Press of America, Lanham, 1988, IYENGAR, Shanto, *Is Anyone Responsible? How Television Frames Political Issues*, Univ. Chicago Press, 1991, ZALLER, John, *The Nature and Origin of Mass Opinion*, Cambridge Univ. Press, 1998.

³ - Com importantes exceções. Por exemplo, Entman (1989), SCHUDSON, Michael, *Discovering the News: A Social History of American Newspapers*, Basic Books, New York, 1978, e SCHUDSON, Michael “The news media as political institutions”, In: *Annual Review of Political Science*, 5, 2002.

⁴ - Cfr., por exemplo, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, “Comunicação e regulação na editoração multimídia: um enfoque histórico”, In: *Democracia e Regulação dos Meios de Comunicação de Massa*, (título provisório), organizado por Enrique Saravia, Paulo Emílio Matos Martins e Octavio Penna Pieranti, Rio de Janeiro, Editora FGV, (no prelo).

tais premissas precisam ser testadas – e, portanto, defendidas de modo mais consistente – para sobreviver ao fogo cruzado ao qual se vêem submetidas por vertentes teóricas predatórias.⁵

Mas também porque é justamente o seu caráter de senso comum o que precisa, talvez, ser mais bem compreendido em seus significados e implicações (como procurarei sugerir adiante).

De qualquer forma, as razões para a descrença renitente na influência midiática, de par com suas dificuldades de legitimação enquanto objeto próprio e relevante têm de ser buscadas independentemente das possíveis boas razões que, de um modo ou de outro, podem nos conduzir à reiteração dos mesmos e velhos ideais pluralistas.

Não apenas porque tais razões podem, por si só, se constituir em pistas acerca dos principais problemas da agenda dos estudos midiáticos, em si mesmos, mas porque também, talvez, possam trazer novas luzes para impasses mais amplos do próprio pensamento político contemporâneo.

Nenhum argumento que coloque em dúvida a efetiva influência da mídia sobre o comportamento político do homem comum parece ser mais convincente do que aqueles que se originam da análise reiterada do comportamento eleitoral, em suas variações e imprevisibilidades, eleição após eleição. Principalmente quando os resultados eventuais dos pleitos parecem contraditar de modo irrefutável as predisposições partidárias, ou mesmo os flagrantes parcialismos que às vezes acometem a certos importantes veículos de comunicação, pró ou – o que parece ser ainda mais freqüente e significativo – contra determinados candidatos. De fato – assim argumentariam tais críticos –, como se pode acreditar na importância de tal influência midiática se mesmo quando esta se apresenta engajada de modo tão claro, evidente e unilateral, os eleitores, em sua maioria, decidem justamente pela opção oposta à de tais “formadores de opinião” tão poderosos?

É evidente que tal influência, se real, tem de ser compreendida em termos muito mais precisos, tanto de um ponto de vista teórico, quanto mais propriamente empírico.

E é aqui que as dificuldades – em grande medida auto-reproduzidas – de tal tradição behaviorista de análise e investigação da relação mídia/política se apresentam com maior clareza. Tendo como base um saudável ceticismo com relação ao senso comum, esta tradição acaba, contudo, por cair freqüentemente em reificações

⁵ - Por vertentes teóricas predatórias – no caso, à tradição liberal, mas não exclusivamente – entendo as correntes intelectuais e ideológicas que inadvertidamente oriundas de certa *mainstream* contribuem deliberadamente para solapar a sua legitimidade.

metodológicas que ao se institucionalizar findam muitas vezes por substituir as crenças do homem comum pela credulidade diante das formas mais testadas de produção de evidência empírica “objetiva”.

Assim, não abandonando a hipótese original – a de que a mídia, sim, exerce grande influência –, e mantendo-nos fiéis às exigências epistemológicas iniciais do behaviorismo, será preciso definir com muito mais rigor, em 1º lugar, obviamente, até que ponto é possível fazer-se algum sentido, mais ou menos, unívoco, ou homogêneo, dos conteúdos da cobertura do conjunto dos veículos mais importantes. Qual o peso relativo de cada um deles, ou, em termos mais amplos, de cada mídia específica, nesse conjunto? Quais os graus de pluralismo interno e/ou externo a cada veículo ou mídia?

Uma vez respondidas tais primeiras questões – e de modo razoavelmente compatível com a possibilidade metodológica de se proceder a alguma generalização razoável sobre o conteúdo das mídias (ou ao menos das mais significativas) –, como a cobertura midiática “enquadra”, em suas linhas gerais o objeto em questão, no nosso exemplo, uma campanha eleitoral?⁶ O que constituiria, por assim dizer, o eixo discricionário do embate, capaz de diferenciar estrategicamente os candidatos, ou as plataformas políticas, entre si? Como são construídas – ou desconstruídas – as imagens e atributos dos candidatos, suas bases e apoios, em relação aos valores, ou eixos temáticos mais relevantes da disputa? Em suma: que significados são atribuídos à decisão do voto e à vitória de cada competidor?

A partir daí, porém, colocam-se em evidência (ao menos) novos problemas, agora relativos ao que se convencionou chamar de “recepção”. Ou seja: em 1º lugar, quem, efetivamente, é atingido por tais interpelações midiáticas? Em que contextos sócio-culturais específicos? Em interação com que outras fontes de informação, ou melhor, de significação do mesmo processo? E que outras possíveis racionalidades – ou racionalizações – irão se manifestar no modo com que tais receptores processarão, de algum modo, tais “inputs” das grandes “máquinas de informar”?

Não pode restar dúvida, portanto – e com base “apenas” nesta pequena amostra de requisitos –, de quão pesado pode se tornar o ônus da prova da efetiva influência midiática, nos quadros consistentes de um behaviorismo sociológico-político honesto.

Ora, a situação seria, de fato, trágica, não fosse, contudo, por duas pequenas ordens de consideração: de um lado as que advêm das limitações genéricas atuais de

⁶ - Sobre as vicissitudes do conceito de enquadramento, ver, por exemplo, ENTMAN, Robert, “Framing: toward clarification of a fractured paradigm”, In: *Journal of Communication*, 43(4), 1993.

toda a Ciência Política de orientação behaviorista, e de outro a das possibilidades que se encontram numa concepção mais compreensiva dos processos políticos, e sócio-culturais, e do modo como estes podem se tornar inteligíveis e consistentes para a análise (sem tamanha dependência com relação a eventuais rigores insuperáveis de “método”).

No primeiro caso, é forçoso admitir que, a rigor, não é apenas o peso efetivo da influência midiática que se encontra, hoje, onerado pelas exigências metodologicamente tão caras à tradição behaviorista (e das quais só os tolos parecem se orgulhar).

Também as variáveis, ou objetos clássicos do *métier* – partidos, sistemas eleitorais, formas de governo, padrões de relacionamento inter-poderes, modelos de intermediação de interesses, etc. – parecem padecer da mesma dificuldade. Correndo o risco de atrair as animosidades mais diversas, me atreveria a dizer que, na Ciência Política contemporânea, nunca tantos se esforçaram tanto, e se aplicaram tão profundamente a se ouvir e a se justificar tanto, uns perante os outros, para, ao final dizerem honestamente tão pouco sobre o seu objeto.⁷

Desse modo, não é apenas o analista da influência política midiática que se encontra diante de dificuldades empíricas e metodológicas para justificar até mesmo a simples pertinência quando não a relevância de seu objeto. A síndrome é muito mais geral (basta pensar nos intermináveis debates sobre a redução da autonomia do Estado-Nação moderno, ou nas lamúrias sobre a “crise da representação”, com as conseqüentes perdas de relevância das instituições clássicas da agenda de pesquisa do campo).⁸

Caberia ao cientista político toda a responsabilidade por esta situação?

Não creio que seja justa uma resposta afirmativa.

Cabe atribuí-la ao próprio Objeto e à sua suposta “crise”?

Tampouco. Creio que do mesmo modo como sucede ao político, *tout court*, caberia também ao intérprete do jogo a mesma exigência ética formulada há quase um

⁷ - E é claro que não vai aqui qualquer crítica pessoal a quem quer que seja, muito menos qualquer questionamento da seriedade, da qualidade e do potencial da produção atual do campo. O problema é de ordem cultural e (portanto) institucional.

⁸ - Para uma crítica de tal “síndrome”, cfr. LATTMAN-WELTMAN, Fernando, “Democracia, Informação e Mercado Político: Indeterminação e Representatividade da Representação”, *Paper* apresentado ao 5º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, ABCP, Belo Horizonte, 2006, e LATTMAN-WELTMAN, Fernando, “Controles, Recursos e Expectativas: Poder e Institucionalização na Democracia” *Paper* apresentado ao 31º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2007.

século por Max Weber: “Somente quem, (...) pode dizer ‘Apesar de tudo!’ tem a vocação para a [investigação] política”.⁹

E, no entanto, existirá alguém que, de fato – ou melhor, em sua prática concreta – renegue não apenas a influência midiática, mas também a importância de cada uma das instituições políticas mencionadas acima (e que seguem constituindo o cerne da produção científica – da melhor, inclusive – da disciplina)?

Ou seja: não parece haver um interessantíssimo hiato – para não dizer, simplesmente, abismo! – entre os torturados subterfúgios metodológicos de que se vale muita da produção behaviorista, para atender as exigências postas por sua “dúvida cartesiana” constituinte, de um lado, e o modo absolutamente natural com que, em termos práticos, seguimos reproduzindo o mesmo senso comum e as mesmíssimas instituições políticas, de cujas efetividades e importâncias damos tantas demonstrações (acadêmicas) de suspeitar?

Sem dúvida cabem, histórica e profissionalmente, aos cientistas políticos e sociais, o questionamento e a crítica a este mesmo senso comum e às mesmas instituições. Mas não soa ao menos ligeiramente neurótico esse mesmo rigor metodológico quando o confrontamos à nossa própria prática cidadã cotidiana: onde em nenhum momento, de fato, desdenhamos do cuidado para com esses valores e suas concretizações?

Com efeito, pode afinal surpreender que após tantos cuidados, tanta atenção crítica à produção dos pares, tanto esforço de investigação empírica e conceitual, e mesmo após a humilde e sincera confissão, tão freqüente, de que tudo o que se pode afirmar de concreto é ainda muito pouco perto das (novas) perguntas que permanecem, enfim: pode surpreender que, na maior parte das vezes, a conclusão assuma, como sugerimos acima, a forma de uma aposta pouco confiante nos mesmos valores e premissas que já se possuía ao iniciar-se toda a empreitada?

Sem deixar de lado – e sem deixar, de modo algum, de respeitar – tal venerável tradição intelectual, parece-nos possível, contudo, agregar aos seus recursos uma outra postura investigativa mais interpretativa, mais historicista e mais condizente justamente com esta “sabedoria” prática coletiva que não apenas segue informando nossas práticas concretas e nosso senso comum, mas também, na verdade, definindo a real importância de nossas pautas e agendas e pesquisa.

⁹ - WEBER, Max, “A política como vocação”, In: *Ensaio de Sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1974, p. 153.

É o que chamaríamos de aporte mais historicista e hermenêutico, reivindicando inclusive o lugar de uma certa “história imediata” da mídia (e outras instituições políticas a ela mais diretamente relacionadas).

Mídia e senso comum¹⁰

A primeira dificuldade de se fazer o que poderíamos chamar de uma “história imediata”¹¹ da mídia – e sem dúvida uma das mais fascinantes – estaria relacionada ao fato de que tais veículos constituiriam um fenômeno de massas relativamente recente, e cujo impacto sobre a experiência quotidiana se apresentaria, paradoxalmente, como evidente e, ao mesmo tempo, incomensurável. A presença cotidiana e onipresente da mídia teria se tornado, para nós, um fenômeno aparentemente tão profundo e corriqueiro, o que nos autorizaria a pressupor o seu poder e sua influência de modo genérico e auto-evidente. Ao mesmo tempo, parece ser difícil mensurar e qualificar com precisão essa influência, dada a própria naturalização da ambiência simbólica atribuída a tais meios.¹²

Essa contradição pode estar, como vimos, talvez, na base da paradoxal e significativa oferta de pesquisas e análises em que não é difícil perceber uma oscilação, por vezes dramática, entre ou a presunção sem questionamentos ou maiores qualificações acerca da influência – ou mesmo onipotência – atribuída à mídia diante de seu público,¹³ ou a negação peremptória e autoritária desta mesma influência, em função justamente da dificuldade em se mensurar ou precisar empiricamente com segurança tais processos pressupostos de influência midiática. De uma ponta do espectro se situaria uma espécie de senso comum – a respeito do poder midiático, mais ou menos maligno – sem qualquer preocupação de auto-sustentação teórica e controle crítico das próprias premissas. De outro, uma espécie de censura metodológica, que por

¹⁰ - Versão anterior desta seção foi apresentada sob o título “Mídia, acontecimento e memória: desafios da história imediata dos meios de comunicação no Brasil”, In: *XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, da Intercom*, Porto Alegre, 2004.

¹¹ - Cfr. LACOUTURE, Jean, “L’histoire immédiate”, In: Jacques le Goff (org.), *La nouvelle histoire*, Complexes, Paris, 1988.

¹² - É possível que existam dimensões mais profundas no modo talvez ambíguo com que nos aproximamos intelectualmente desses meios (Cfr., a esse respeito, o instigante artigo de CAVELL, Stanley, “The fact of television”, in: *Daedalus*, outono, 111(4), 1982).

¹³ - Uma boa crítica dessa perspectiva se encontra em GOMES, Wilson, *Transformações da política na era da comunicação de massa*, São Paulo, Paulus, 2004.

não reconhecer no trato com o fenômeno a possibilidade de “falsificá-lo” com os métodos tradicionais – que freqüentemente se recolhe acriticamente de outras disciplinas –, é igualmente incapaz de se sustentar teoricamente (para além de uma posição de autoridade científica que porventura se pretenda ocupar).

Situando minha posição neste debate a quilômetros equidistantes destes dois antípodas, acredito que se, por um lado, o senso comum é sempre digno de certo respeito e atenção – afinal, algum sentido possui o fato de, entre tantas possibilidades, ter se tornado, de algum modo, “comum” –, por outro, é preciso ir além dele. Na verdade, buscando decifrar a forma como essa sua consagração, enquanto “comum”, se deu. Como sabemos o senso comum vigente, em qualquer conjuntura, em qualquer circunstância, a respeito de quaisquer esferas de atividade humana, é apenas uma das muitas formas do possível, e não há como, *a priori*, saber-se o quanto de necessário e de arbitrário se encontrou e se encontra em sua gênese e reprodução.

Assim procedendo, não apenas poderemos perceber até que ponto e em que elementos este senso comum é digno de referência e deferência intelectual, mas também em que medida a crítica está efetivamente aparelhada, teórica e metodologicamente, para fazer jus ao *quantum* de propriedade em tomar-se ou não, tal senso comum, como descrição útil de algum fragmento de realidade, e o quanto tal crítica necessita rever suas atitudes e ferramentas para seguir adiante. Se, como disse um ilustre filósofo, por definição, o que é “real” é também sempre “racional”, negar de antemão verdade a um determinado fenômeno, no caso uma forma de senso comum, a rigor é o mesmo que confessar de público a estreiteza dos limites da racionalidade de quem nega – incapaz, portanto, de apreender a “realidade” do objeto malgrado sua complexidade – e, ao mesmo tempo, sua injustificada presunção de autoridade quanto a discorrer positivamente sobre o mesmo objeto.

Ora, se há, contudo, um conjunto de fenômenos que abre inauditas oportunidades de investigação dos modos como se formam os nossos diversos senso-comuns – inclusive, é claro, os seus, auto-referentes – este objeto, hoje, é a própria mídia.

Por um lado, como já se observou no próprio campo da História,¹⁴ é hoje impossível atentar-se para os processos sociais de construção dos “acontecimentos” sem levar em consideração o papel estratégico da mídia na efetivação da simples

¹⁴ - Cfr. NORA, Pierre Nora, “Le retour de l'événement”, In: P.Nora & J.Le Goff (orgs.), *Faire de l'histoire: nouveaux problèmes*, Gallimard, Paris, 1974.

possibilidade de reconhecimento de qualquer fato relevante, Com efeito, as prerrogativas dos meios de comunicação na organização da visibilidade de quaisquer processos, agências ou instituições vocacionados à “esfera pública”, são hoje reconhecidas pela maior parte dos analistas políticos, sociais e/ou culturais. Mesmo aqueles que, paradoxalmente tem tido enorme dificuldade teórica em incorporar a própria mídia como variável ou fator importante em suas interpretações.¹⁵ Não é difícil localizar, inclusive, fenômenos de grande relevância contemporaneamente que simplesmente devem sua própria existência à ação da mídia.¹⁶

Por outro lado, a própria (re)construção da memória coletiva das sociedades é terreno onde a ascendência mais ou menos tradicional de instituições mais antigas de socialização – como a escola, a família, a comunidade étnico-religiosa, etc. – há muito deixou de ser respeitada pelo poder de ingerência da mídia.¹⁷

Bastariam essas duas ordens de fenômenos para nos falar da eloquente propriedade – assim como da complexidade – em se acreditar na influência midiática. Mas é fora de questão que muitas outras poderiam ser evocadas, com relação aos próprios enquadramentos pelos quais tais fatos ou reconstruções do passado ou do presente ganham realidade e novas leituras, através da intromissão generalizada e perturbadora dos meios em nossa economia simbólica.

Não é, portanto, a dificuldade em mensurar e precisar os limites da influência midiática sobre nós que há de nos impedir de, ao menos, tomar tal influência afirmada pelo senso comum como uma hipótese inicial de trabalho, necessária à sua própria qualificação e delimitação.

Ademais, mesmo que, na verdade, tal senso comum fosse muito mais a manifestação de um desejo ou temor a esse respeito – o desejo ou temor de que sejamos influenciáveis pela mídia –, um desejo que pudesse ser triunfalmente desmistificado por uma censura empirista e metodologicamente fetichista, mesmo assim isso em nada

¹⁵ - Sobre uma primeira aproximação desta ambigüidade, ver, por exemplo, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, “Mídia e transição democrática: a (des)institucionalização do pan-óptico no Brasil”, In: A.A.Abreu, Fernando Lattman-Weltman & M.A.Kornis, *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

¹⁶ - Pense-se, por exemplo, no caso do terrorismo moderno (que tive a oportunidade de explorar em LATTMAN-WELTMAN, Fernando, “Terror e mídia: história e economia simbólica no limiar do século XXI”, in: *Estudos Históricos*, 31, Rio de Janeiro, 2003).

¹⁷ - No caso brasileiro, inclusive, o importante papel das novelas e mini-séries vem sendo apontado por pesquisas como as de PORTO, Mauro, “Telenovelas e controvérsias políticas: interpretações da audiência sobre *Terra Nostra*”, mimeo, apresentado ao *XI Encontro da Compós*, Rio de Janeiro, 2002, e de KORNIS, Mônica, “Ficção televisiva e identidade nacional: *Anos Dourados* e a retomada da democracia”, In: *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*, op.cit..

diminuiria os seus significados e, portanto, sua “verdade” enquanto fenômeno. Muito pelo contrário. De um ponto de vista político, ou politicamente motivado – teórica ou praticamente – em relação à mídia, inclusive, tal carga emocional possivelmente presente na aproximação do fenômeno e na conformação de tal senso comum pode, a rigor, conter *todo* o significado efetivamente relevante do mesmo. Ou seja: independentemente do grau de verdade, digamos, “ontológica”, das teorias de senso comum acerca da influência da mídia, basta para nós a sua incontestável verdade ideológica – e sua dimensão política constituinte – para justificar a pertinência de seus enunciados e a relevância do objeto e sua investigação.

Assim, investigar a mídia e sua história é, também, investigar a história dos nossos diversos sentidos-comuns, uma vez que é dessa matéria que se nutre e que reproduz a mídia, modificando-o desse modo, e modificando-se a si mesma. Entre outras razões, porque é de certo modo constitutiva da própria cultura midiática contemporânea esta dinâmica criativa ativada e repostada pela crença, o desejo e o temor de que sejamos influenciados e influenciáveis, quando não simplesmente (mais) influentes.

O primeiro desafio da mídia para o “historiador” – bem entendido: aquele que pergunta ao Tempo, não necessária e restritivamente apenas aquele que foi estatuído para isso – será, portanto, o de fazer a História de quem, por assim dizer, **faz a História**.

Esse reconhecimento não só da pertinência quanto da autêntica centralidade do senso comum, ao menos para o estudo da mídia e suas mutações, não nos libera, contudo, como vimos, da necessidade de tentar criticar e minimamente controlar os sentidos e parâmetros deste objeto, uma vez que queiramos fazer sentido daquilo que de fato ativa – ou demanda – tais crenças, desejos e temores constituintes desse senso comum (para além de seus próprios recursos e mecanismos simbólicos de auto-sustentação).

Se há aqui em ação, portanto, um dinâmico jogo de influências mais ou menos mútuas, mais ou menos assimétricas, é lícito então – e bastante útil – pensar a Imprensa e a Mídia como complexos **campos de forças** e investimentos políticos. A rigor, quando falamos em “instituições políticas”, e nos propomos a investigar as especificidades e propriedades da mídia enquanto tal, não pretendemos dizer muito mais do que isso: que as instituições, em sua dinâmica e história, apesar de sempre poderem ser tomadas como o ponto de partida da análise – tal como faz, a maior parte do tempo, a Ciência Política – não deixam de poder, e, em certos casos, dever, ser pensadas como

espaços de conflito, permuta, negociação e acomodação de interesses (como nem sempre faz a Ciência Política).

Para dar conta desta dimensão política constitutiva da comunicação – e vice-versa – é preciso, com efeito, compreender o **modo de (re)produção** das práticas midiáticas, conhecer suas **estruturas e conjunturas** de efetivação, suas especificidades e idiosincrasias. Já que se, como estamos propondo, as mídias podem ser pensadas como instituições – mesmo que com toda a desejável abertura conceitual –, isso nos impõe atribuir a elas e levar em conta na interpretação os elementos centrais de qualificação de qualquer instituição: a sua durabilidade, sua legitimidade e sua autonomia em relação aos indivíduos e grupos que as compõem e reproduzem concreta e eventualmente.

Assim, mesmo que mantida, como sugerimos acima, a devida atenção diante das formas de senso comum que se manifestam na reprodução da mídia e suas formações culturais, fazer sua História implica necessariamente desconstruir o seu discurso: é preciso inicialmente recusar a sua autoconsciência (o seu “discurso nativo”), para somente depois (re) situá-lo no seu devido lugar, em meio às práticas concretas em que opera, e em relação às condições objetivas nas quais – e das quais – faz sentido, mesmo que de modo contraditório. Assim como em relação com as específicas conjunturas históricas em que sucederam.

Isto irá implicar também na freqüente necessidade de se desconstruir a cotidianidade da própria produção midiática, uma de suas marcas institucionais – e meta-institucionais – mais significativas. Com efeito, a rigor é impossível se dar conta dos modos particularmente contraditórios e desafiadores com que de fato se processa aquilo que podemos aqui chamar de influência midiática, sem atentar para o funcionamento cotidiano da mídia, para as rotinas e rituais de consumo que ela estabelece conosco, ao mesmo tempo, porém, que se permite romper eventualmente com esses padrões e nos brindar com o extraordinário, como recurso maleável de construção de sua expressividade.¹⁸

Metodologicamente falando, isso significa sistematizar os procedimentos de recorte e análise para, justamente, distinguir o rotineiro do extraordinário, os sentidos subjacentes a estas diferentes ordens de temporalidade simbólica manipulados pela

¹⁸ - Mais uma vez é preciso mencionar a riqueza da análise de Cavell a esse respeito (Stanley Cavell, “The fact of television”, op.cit.). Sobre as “mediações” da recepção midiática, ver, por exemplo, CANCLINI, Nestor G., *Consumidores e cidadãos*, UFRJ, Rio de Janeiro, 1996, e MARTÍN-BARBERO, Jesus, *Dos meios às mediações*, UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

mídia. E o que é tão ou mais importante: para ambos os casos tentar separar, com relação a essas “manipulações” – palavra perigosa –, o que pode ser intencional daquilo que de fato se processa em grande medida à revelia das intenções dos agentes midiáticos.

Somente operando-se essas distinções e levando-se em conta a interação das estruturas condicionantes com as configurações simbólicas conjunturas e, aí sim, reconstruindo, quando possível – e efetivamente necessário – o processo de tomada de decisão dos atores concretos serão possíveis se refazer a contento o percurso inverso ao da incorporação acrítica do discurso nativo, e contar, afinal, a história, mais ou menos imediata, da mídia e suas intervenções.

A importância de todo esse esforço, não se resume, porém, à reconstrução intelectual e à perfeita caracterização do que tenho chamado de institucionalização política da mídia. A intervenção política dos meios não se resume a isso, e se formos bem sucedidos no acima referido trabalho de recuperação, em momentos específicos, da **economia simbólica** ativada consciente e inconscientemente pelos inúmeros investidores discursivos da sociedade – especialmente através da própria mídia –, poderemos identificar também as dimensões meta-institucionais desta atuação: o modo com que mesmo a percepção acerca dos sentidos éticos de nossas instituições pode ser objeto, também, da referida e pressuposta influência midiática.

Tornam-se possíveis, então:

1) A compreensão e o diagnóstico sistemáticos acerca da estruturação e funcionamento do **mercado midiático**, ou seja: compreender os mecanismos, limitações e condicionamentos que se impõem aos atores, individuais e coletivos, que interagem e permutam nos mercados de comunicação, mercados em que, simultaneamente, são trocados e (des)valorizados recursos de informação, imagens e discursos.

2) A investigação desses mercados e suas formas particulares de interação, que nos levarão, também, a forçosamente lidar com as especificidades lingüísticas e culturais do **universo midiático**, na medida em que estas imagens, recursos e discursos guardam significados “econômicos” bastante amplos, relativos, do mesmo modo, não só a eventuais investimentos políticos e ideológicos, mais ou menos deliberados, mas também às próprias formas de identificação de grupos culturais e/ou lingüísticos estruturados (ou em vias de estruturação).

3) A obtenção de uma interpretação razoavelmente precisa e conseqüente da **inserção política** da mídia no jogo político e (eventualmente) democrático, não apenas no que se refere à operação das chamadas instituições políticas, mas também, como vimos, dos seus próprios pressupostos.

4) A Interpretação mais rica do **processo cultural e ideológico contemporâneo** através da análise e interpretação de suas instituições mais influentes.

Assim talvez pudéssemos lidar melhor com questões preocupantes – ou estimulantes – como as da crescente **obsolescência do fato**, da **polissemia** dos sentidos e do aumento exponencial da **incerteza**, que, talvez paradoxalmente, têm se imposto não somente à reflexão contemporânea sobre a mídia – justamente em função do seu desenvolvimento social e tecnológico atual, e dos recursos, cada vez maiores, desse grande e confuso sistema global de comunicação –, mas também os desafios colocados por este mesmo status quo à imaginação tradicional acerca das instituições políticas, suas funções e a previsibilidade de seus comportamentos e resultados. Por fim, será também possível definir o que, hoje, é lícito chamar de “acontecimento”, e aquilo que de fato consegue, também em nossos dias, inscrever-se como memória coletiva de nossas sociedades.

Bibliografia:

- ABREU, A.A, LATTMAN-WELTMAN, F. & KORNIS, M.A., *Mídia e política: jornalismo e ficção*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.
- CANCLINI, Nestor G., *Consumidores e cidadãos*, UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.
- CAPPELLA, Joseph & JAMIESON, Kathleen, *Spyral of Cynicism: The Press and the Public Good*, Oxford University Press, New York, 1997.
- CAVELL, Stanley, “The fact of television”, in: *Daedalus*, Outono, 111(4), 1982.
- ENTMAN, Robert, “Framing: toward clarification of a fractured paradigm”, In: *Journal of Communication*, 43(4), 1993.
- _____, *Democracy Without Citizens: Media and the Decay of American Politics*, Oxford Univ. Press, New York, 1989.

- GOMES, Wilson, *Transformações da política na era da comunicação de massa*, São Paulo, Paulus, 2004.
- GRABER, Doris, *Processing the News: How People Tame the Information Tide*, Univ.Press of America, Lanham, 1988.
- IYENGAR, Shanto, *Is Anyone Responsible? How Television Frames Political Issues*, Univ. Chicago Press, 1991.
- LACOUTURE, Jean, “L’histoire immédiate”, In: Jacques le Goff (org.), *La nouvelle histoire*, Complexes, Paris, 1988.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando, “Comunicação e regulação na editoração multimídia: um enfoque histórico”, In: *Democracia e Regulação dos Meios de Comunicação de Massa*, (título provisório), Enrique Saravia, Paulo Emílio Matos Martins e Octavio Penna Pieranti (orgs.), Rio de Janeiro, Editora FGV, (no prelo).
- _____, “Controles, Recursos e Expectativas: Poder e Institucionalização na Democracia” *Paper* apresentado ao *31º Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu, 2007.
- _____, “Democracia, Informação e Mercado Político: Indeterminação e Representatividade da Representação”, *Paper* apresentado ao *5º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, ABCP*, Belo Horizonte, 2006.
- _____, “Terror e mídia: história e economia simbólica no limiar do século XXI”, in: *Estudos Históricos*, 31, Rio de Janeiro, 2003.
- MIGUEL, Luis Felipe, “Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil”, In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 20 (39), 2000.
- MARTIN-BARBERO, Jesus, *Dos meios às mediações*, UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.
- NORA, Pierre Nora, “Le retour de l’événement”, In: P.Nora & J.Le Goff (orgs.), *Faire de l’histoire: nouveaux problèmes*, Gallimard, Paris, 1974.
- PORTO, Mauro, “Telenovelas e controvérsias políticas: interpretações da audiência sobre *Terra Nostra*”, mimeo., apresentado ao *XI Encontro da Compós*, Rio de Janeiro, 2002.
- SCHUDSON, Michael “The news media as political institutions”, In: *Annual Review of Political Science*, 5, 2002.

- _____, *Discovering the News: A Social History of American Newspapers*, Basic Books, New York, 1978.
- WEBER, Max, “A política como vocação”, In: *Ensaio de Sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1974
- ZALLER, John, *The Nature and Origin of Mass Opinion*, Cambridge Univ.Press, 1998.